



# DIÁRIO POPULAR

DEZEMBRO  
**10**  
3ª-FEIRA

Director JACINTO BAPTISTA    Director-adjunto ABEL PEREIRA    ANO XXXV — 1976 — N.º 12 106 — PREÇO 6\$00  
Propriedade da Empresa Pública dos Jornais SÉCULO e POPULAR (EPSP) — R. Luz Soriano, 67, Lisboa 2 — Telex: 328291/5 (P.P.C.A.) — 326286-364630-364639 (Redacção) — 328297 (Publicidade)

## A CAMPANHA ELEITORAL TERMINA À MEIA-NOITE

### O «D. P.» OUVIU OS 9 CANDIDATOS À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Foto de CORRÊA DOS SANTOS



**COSTA BRÁS FALA HOJE E AMANHÃ PELA TV**

• BOMBAS E ELEIÇÕES SERÃO OS TEMAS ABORDADOS

**especial**  
**Eleições para as Autarquias**

**UISEU: PROMESSAS E DESILUSÕES**

Pág. 6

Destacável

## ÁGUA:

### Milhares de pessoas formaram bichas...



Foto de JOSÉ ANTUNES

Em virtude do corte de abastecimento provocado pela acção de sabotagem no aqueduto do Tejo, que reduziu o respectivo caudal a cerca de 10 por cento, a população de Lisboa e dos arredores viu-se obrigada a recorrer a todo o tipo de vasilhas disponíveis a fim de constituir reservas em suas casas para as necessidades prioritárias. Apesar da afluência de populares junto dos fontanários públicos e dos autotanques dos bombeiros, tudo decorre ordinarmente e sem incidentes, conforme apurou, esta manhã, a nossa reportagem. Se tudo correr normalmente, como até aqui, prevê-se que, no próximo domingo, o abastecimento seja alargado a mais de 50 por cento.

Pág. 15

### Vão ser responsabilizados os militares implicados no relatório das sevícias

NUMA mensagem divulgada hoje o general Ramalho Eanes, na sua qualidade de chefe do E. M. G. F. A. manda responsabilizar, de imediato, moral e criminalmente, os militares implicados no relatório das sevícias. Dezenas de oficiais que se destacaram entre 11 de Março e 25 de Novembro de 1975 podem agora vir a ser expostos das Forças Armadas.

Pág. 5

## CHAMPALIMAUD:

### PROCESSO JUDICIAL POR FUGA DE CAPITALS

Pág. 6

# Eleições para as Autarquias

## UISEU

# Promessas e desilusões

## BRAGA E VIANA DO CASTELO — DOIS IMPORTANTES DISTRITOS

Os distritos de Braga e Viana do Castelo foram outros dois daqueles onde não foi possível, pelas razões apontadas na nossa edição de ontem e no início da publicação destes trabalhos, deslocarmo-nos para dar a palavra ao povo daquelas terras e de algum modo contribuir para que o grande público conheça os seus problemas mais de perto. E pode dizer-se quase o mesmo que afirmámos em relação aos distritos de Bragança e Vila Real: a sua importância justificava (e justificará dentro de muito pouco tempo) que lá nos tivéssemos deslocado. De qualquer modo não quisemos privar os nossos leitores dos dados necessários para que fiquem com uma ideia sobre o que se irá passar, em termos políticos, naquelas duas zonas, no próximo domingo.

Os quadros permitirão assim aos leitores conhecer qualquer coisa da luta partidária que nos distritos de Braga e Viana do Castelo se irá estabelecer. Mas também indicam, e esse é um pormenor bastante importante, que se encontra naquelas zonas grande número de grupos de cidadãos independentes, candidatos a Assembleias de Freguesia, o que toma um aspecto ainda mais importante, no que respeita ao distrito de Braga, aquela onde existe o maior número de freguesias de todo o País. E, já que falamos de freguesias, aqui fica mais um pormenor interessante para o leitor recordar quando no próximo domingo fizer as suas contas, no decorrer do acto eleitoral: o concelho de Barcelos é sem dúvida alguma o maior de Portugal, pois integra cerca de 89 freguesias, o que nem de perto nem de longe, tem correspondência noutro concelho qualquer do País. Este pormenor como outros, por exemplo, o facto de ser no distrito de Braga, depois dos maiores de Portugal, que vamos encontrar o maior número de partidos políticos a concorrer às Câmaras Municipais, diz bem da importância atribuída, pelas principais forças políticas aos distritos minhotos, terra linda, de gente boa e trabalhadora, tantas vezes esquecida, como poderá parecer que sucedeu da nossa parte; mas já explicámos as nossas razões, e da mesma forma que temos a certeza de que os leitores entenderam o esforço a que metemos ombros, na linha das tradições deste jornal, em informar convenientemente os nossos leitores, também ficamos certos de que, quando nos deslocarmos ao Minho, seremos recebidos como gente amiga, do povo, aquele povo a quem nós, durante toda a campanha eleitoral, demos a palavra.



**A** NALFABETISMO, obscurantismo e caciquismo são algumas das palavras obrigatórias para se entender a realidade do distrito de Viseu em vésperas de eleições para as autarquias locais. As muitas promessas dos diversos partidos, a seguir ao 25 de Abril, sucedem-se agora as desilusões perante o aumento do custo de vida e a não satisfação de necessidades vitais.

Prometeu-se muito e ofereceu-se quase nada. No terreno eleitoral as previsões apontam para um aumento das abstenções no próximo domingo e para um reforçar da direita e dos seus agentes. Uma passagem rápida por alguns concelhos do distrito permitiu ao «Diário Popular» descobrir algumas situações eleitorais curiosas, especialmente no que se refere a certo tipo de alianças partidárias impensáveis noutras zonas do País.

No que se refere ao concelho de Lisboa apresentamos hoje uma série de pequenas entrevistas com os nove candidatos à presidência da Câmara Municipal.

### DISTRITO DE LISBOA

ELEITORES INSCRITOS: 1 446 329, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 14.

FREGUESIAS: 183 com mais de trezentos eleitores e 1 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. S., 38,3 • P. C. P., 21,8 • P. P. D., 16,3 • C. D. S., 13,1 • U. D. P., 2,6 • M. R. P. P., 1,2 • F. S. P., 0,7 • M. E. S., 0,7 • P. D. C., 0,4 • P. C. P. (m.-l.), 0,4 • P. P. M., 0,4 • L. C. I., 0,2 • A. O. C., 0,2 • P. R. T., 0,1 • Votantes, 83,2 • Abstenções, 16,8 • Votos brancos, 0,6 • Votos nulos, 2,9.

CONSIDERANDOS: Não concorre neste distrito o P. D. C. Apresentam-se às urnas listas de cidadãos independentes, candidatos a Assembleias de Freguesia, não havendo nenhum local sem qualquer lista de candidatos.

### DISTRITO DE VISEU

ELEITORES INSCRITOS: 278 245, número referente a junho de 1976.

CONCELHOS: 24.

FREGUESIAS: 267 com mais de trezentos eleitores e 99 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. P. D., 32,3 • C. D. S., 31,2 • P. S., 23 • P. C. P., 2,3 • U. D. P., 0,9 • F. S. P., 0,5 • M. E. S., 0,5 • Votantes, 78,4 • Abstenções, 21,6 • Votos brancos, 0,9 • Votos nulos, 5,1.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito o P. P. M., o M. R. P. P., o P. C. P. (m.-l.), o P. D. C., a L. C. I. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 15 listas de cidadãos independentes, candidatos a Assembleias de Freguesia, não havendo nenhum local sem qualquer lista de candidatos.

Coordenação de CARNEIRO JACINTO • Colaboração de MURILLO LOPES • Reportagem de CARLOS BENIGNO DA CRUZ (Distrito de Viseu) • Fotos de CORRÊA DOS SANTOS • Colaboração de HERCULANO DA COSTA (Correspondente do «D. P.» em Viseu)

# LISBOA: NOVE OPÇÕES AO ELEITORADO

O eleitorado da capital portuguesa não colocará-se, no próximo domingo, a hipótese de novas eleições. Das nove hipóteses, uma irá naturalmente prevalecer sobre as outras e dessa forma ficará decidido o futuro presidente do Município lisboeta, bem como o partido a que pertence, assim como os vereadores que o acompanharão, no caso veniente de dezasseis, que serão encontrados através da aplicação da média mais alta de Hondt, o que poderá vir a proporcionar uma ampla participação de diversas correntes políticas no executivo municipal. Muito embora os futuros membros da Câmara de Lisboa venham a funcionar, sejam quais forem as suas cores partidárias, em verdadeiro espírito, um facto incontroverso é que a função de presidente extraordinária, como no resto do País, uma importância extraordinária. Por tudo isto, e ainda porque nos parece que esta será uma boa e última forma de contribuirmos para o esclarecimento do eleitorado, e neste caso do lisboeta, decidimos pedir aos nove candidatos a presidentes da Câmara Municipal de Lisboa que nos dessem uma sintética — mas preciosa — posição sobre as ideias que os norteiam, a dois dias das eleições para as autarquias locais. É esse o trabalho que apresentamos de seguida, sendo os representantes dos partidos escalonados pela ordem decrescente da votação que aqueles obtiveram nas eleições para a Assembleia da República efectuadas em Abril deste ano.

## AQUILINO RIBEIRO (P. S.)

«Quando se percorre a cidade de Lisboa com olhos de ver, quando se atenta nos problemas com que a todo o passo se tropeça ficamos profundamente alarmados, tantos e tão graves são as dificuldades a resolver. É da nossa amargura da experiência que Lisboa tem vindo a deteriorar-se incessantemente. As pessoas queixam-se e com razão da sujeira que alastra por parte das ruas esburacadas e dos passeios irregulares e dos jardins mal tratados e da falta de segurança. Estes são apenas os sinais exteriores de uma crise mais grave, crise essa que se

constata na notória incapacidade dos serviços municipais para responder às carências cívicas.

Em boa verdade, este estado de coisas representa a natural consequência de um longo processo de desenfreada especulação durante a qual os interesses privados de um reduzido número ditaram à cidade a sua lei.

A Câmara Municipal raramente chamou a si a iniciativa dos acontecimentos. Limitou-se servilmente a esperar ou a seguir a iniciativa dos promotores imobiliários. Não se pode sequer afirmar que tenha sido capaz de lhes impor uma disciplina coordenadora. Por esse facto o tecido urbano se mostra agora quase desprovi-

do de organicidade. Por outras palavras a cidade funciona mal, como é bem patente pela imagem exasperante das suas ruas congestionadas por um trânsito que dificilmente se desloca. Isto para citar apenas os exemplos mais flagrantes. Mas o que dizer da falta de habitação, das insuficiências gritantes na distribuição e controlo dos géneros de primeira necessidade?

O nosso propósito é, antes de mais nada, evitar que as forças que contribuíram para esta degradação possam continuar a actuar. Queremos pôr a cidade ao serviço do Povo, queremos que deixe definitivamente de ser uma cidade de pequenos e grandes especuladores.

Prendemos que o Município de Lisboa, através de uma actuação responsável e atenta às necessidades populares ajude a aliviar os efeitos da carestia de vida sobre as camadas mais desfavorecidas mediante uma adequada política habitacional, de transportes e abastecimentos.

Para alcançar estes resultados é necessário impulsionar a estrutura do Município seja profundamente remodelada e dinamizada. Os serviços hoje existentes não souberam adaptar-se às exigências da transformação da sociedade suscitou, e pecam por morosidade e estrangulamento burocrático que é urgente eliminar. Com prudência mas também com determinação esta terá que ser uma das tarefas prioritárias dos representantes que a população irá

escolher no próximo dia 12 e 6, seguramente, um dos designios mais firmes que animam os socialistas.

Os problemas que a gestão de uma cidade como Lisboa levanta são extremamente complexos. Exigem capacidade e especialização por parte daqueles que irão ser chamados a assumir a direcção do Município. Foi atendendo a isso que o Partido Socialista constituiu o elenco dos seus candidatos com gente capaz nos diferentes domínios que importa satisfazer.

Assim, nas suas listas aparecem técnicos altamente qualificados nos sectores do urbanismo, da habitação, dos transportes, da educação, da saúde e abastecimentos, da cultura e do desporto.

Com eles poderá encetar-se a obra de recuperação cívica que os lisboetas merecem, restituindo-lhes uma capital, que, agora, vêem com certo descontentamento, mas que nós queremos recriar mais humana, e imagem da sociedade socialista que nos propomos construir.»

## SILVA GRAÇA (F. E. P. U.)

«A campanha da Frente Eleitoral Povo Unido no Município de Lisboa tem sido gradualmente desenvolvida à sua volta têm revelado os profundos sentimentos unitários do nosso Povo na resolução dos problemas concretos e na defesa da democracia e das instituições democráticas.

Lisboa não tem fugido a isto, bem pelo contrário. Apesar das dificuldades levantadas — cábricas através dos órgãos de Informação, principalmente TV, dificuldades em arranjar salas, ameaças físicas e agressões por parte de grupos provocatórios, etc. — as sessões de esclarecimento em todas as freguesias se multiplicaram e muitas transformaram-se em comícios, as caravanas Povo Uni-

do têm tido uma grande receptividade por parte da população; o grande comício do Campo Pequeno, no dia 8 de quarta-feira, mostrou a todos os lisboetas e a todos os portugueses a força do movimento unitário: um dia péssimo com chuva a cair, dezenas de milhares de democratas encontraram um local muito agradável para acompanhar com grande entusiasmo e combatividade as intervenções dos candidatos da Câmara e Assembleia Municipal e dos representantes dos partidos que constituem a Frente. Tudo este entusiasmo, toda esta adesão faz prever uma grande vitória no Povo Unido, não só em Lisboa como em todo o País. É evidente que a votação em Lisboa, os resultados em Lisboa (concelho distrito) têm importância, apresentam cerca de 10 por cento do eleitorado (só o concelho). Trata-se da capital de Portugal, que Lisboa tem na prática e não só na teoria, uma importância maior. É importante, com umas ideias que também numa votação municipal, em matéria de habitação, de transportes, de trânsito, de cultura. Projecta-se e discute-se muito — faze-se muito pouco.

As divisões partidárias, a imprecisão, as negligências, as ambigüidades «poleiois» mais que de trabalho, têm vindo a diminuir a adesão e a participação tem de realizar: servir o público e não servir-se do público.

Por outro lado, a gestão camarária de M. D. P., C. D. E. a militar que se lhe seguiu não deram resposta aos casos mais urgentes: os cidadãos des-

conhecem os meandros das decisões sobre a cidade, ignoram o que pode e como pode ser feito, conhecem apenas a desculpa clássica (por vezes não verdadeira) de que não há verbas...»

Desafiamos os outros partidos para debater conosco os seus programas — ao que só o P. P. M. acedeu. Vimos o P. S. usar e abusar da TV, com promessas demagógicas que infelizmente só nos recordam as ideias de Caetano à TV, antes do 25 de Abril. Vimos o P. C. P. desforçar-se, mais uma vez, sob um capta dita «unitária», enchendo a cidade de cartazes que só sujam as paredes e custam muito dinheiro... Vimos o C. D. S. preferir falar de Governo que de autarquias, de poder central que de poder local, de descontentamento geral que de propostas concretas e positivas para o futuro.

Por nós, acreditamos que as nossas propostas: habitação, transportes, abastecimento, promoção cultural, são pontos que merecem estudo e detalhes do nosso programa. Não prometemos o impossível, mas sim trabalho, honestidade e competência; não distribuímos benesses como o P. S. o fez em todo o País, chegando

essa cidade sabe que assim é. Por isso estamos confiantes.»

## HELENA ROSETA (P. P. D./P. S. D.)

«1 — Devo dizer, em primeiro lugar, que julgo que estas eleições são uma oportunidade e um desafio a todo o povo português, em particular ao povo de Lisboa.

Fala-se muito numa eventualidade das abstenções tradutoria de um certo cansaço, há um certo desencanto relativo ao Governo que as pessoas têm. Julgo no entanto ser possível — e essa tem sido a ideia da nossa campanha — pelo de novo para a participação das populações através do voto, agora mais directamente ligados aos problemas concretos do dia-a-dia, cada vez mais graves e por resolver. Em Lisboa, tenho denunciado a existência de uma Câmara rica mas inepta, incapaz de praticar os projectos que com uns olhos que barbaça, em matéria de habitação, de transportes, de trânsito, de cultura. Projecta-se e discute-se muito — faze-se pouco.

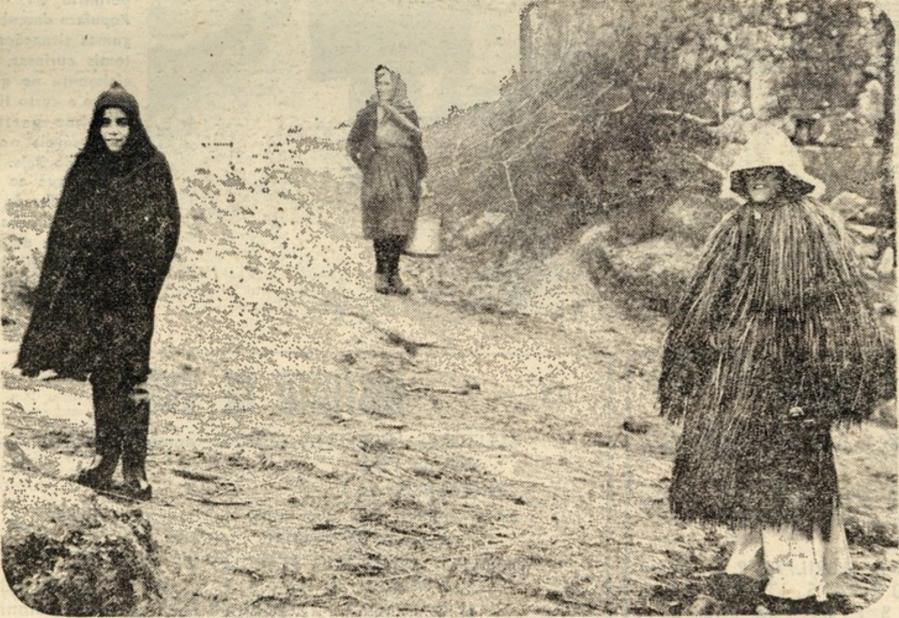
As divisões partidárias, a imprecisão, as negligências, as ambigüidades «poleiois» mais que de trabalho, têm vindo a diminuir a adesão e a participação tem de realizar: servir o público e não servir-se do público.

Por outro lado, a gestão camarária de M. D. P., C. D. E. a militar que se lhe seguiu não deram resposta aos casos mais urgentes: os cidadãos des-

conhecem os meandros das decisões sobre a cidade, ignoram o que pode e como pode ser feito, conhecem apenas a desculpa clássica (por vezes não verdadeira) de que não há verbas...»

## cp especial VISEU

### Eleições para as Autarquias



Gente da aldeia de Bigorne, onde há apenas 72 eleitores. A dureza da vida daquela gente estava bem à vista

FALAR do distrito de Viseu é falar de subdesenvolvimento — das carências de tudo, do analfabetismo, do obscurantismo, do caciquismo (que existe mesmo), da propriedade extraordinariamente dividida, do ponto de quase todos serem miseravelmente proprietários por menos de uma ovelha ou um casebre, de um naco de terra ou de algumas plantas. Segundo números de 1972 — que não se podem considerar muito actualizados — mais de oitenta por cento da

população não dispunha de rede de esgotos, de água canalizada em casa, ou de recolha de lixo. A seguir à Guarda, foi Viseu que perdeu mais população (emigração) entre 1960 e 1970.

Para a maioria dos que habitam no distrito, o 25 de Abril constituiu, virtualmente, a possibilidade de romper com este panorama típico de país do Terceiro Mundo. Contudo, passou mais de dois anos sobre a queda do salazar-marcelismo, a situação pouco mudou, antes pelo contrário: Os preços dos

adubos, das sementes, da palha para o gado e das alfaias agrícolas aumentaram, mas em certos casos até diminuiu o preço pago ao produtor por alguns artigos.

Daqui a decepção pela política, pelas promessas não cumpridas pelos partidos foi um passo. No terreno eleitoral, admite-se que a tendência será para um aumento de abstenções no próximo domingo e para um reforçar da direita e dos seus agentes indigenas.

Uma passagem meteórica pelo distrito de Viseu deu-nos

oportunidade de constatar situações eleitorais curiosas, algumas delas impensáveis, por exemplo, no distrito de Lisboa.

## UMA ALIANÇA QUE VAI DOS G. D. U. P.'S AO C. D. S.

É o caso de Canas de Senhorim, uma freguesia do concelho de Nelas que já apreciável implantação industrial que conta cerca de seis mil habitantes e três mil eleitores.

Ora a população de Canas reivindica a passagem a concelho, nascendo desta situação uma aliança que engloba nada mais nada menos que pessoas afectas aos G. D. U. P., Povo Unido, P. S., P. P. D. e C. D. S.

Num café da localidade estão sentados à volta de uma mesa não representando os partidos, Joaquim Mota Veiga (de 75 anos) e dr. Edgar Figueiredo, advogado (47), ambos do G. D. U. P.; o comerciante César Lopes (50), do P. S.; o retornado Alberto Pinto de Andrade (42), do C. D. S.; e o retornado Horácio Pereira (30), do P. P. D.

«Não queremos pertencer ao concelho de Nelas e nisto temos de estar todos juntos» — diz Edgar Figueiredo em nome de todos.

Segundo pudemos apurar aqueles partidos preconizam a abstenção total, apesar do G. D. U. P. (o comerciante César Lopes (50), do P. S.; o retornado Alberto Pinto de Andrade (42), do C. D. S.; e o retornado Horácio Pereira (30), do P. P. D.)

«As vantagens da passagem da nossa freguesia a concelho são muitas, pois as nossas infra-estruturas já não correspondem ao progresso industrial verificado. Canas de Senhorim não tem água do domicílio, ainda não tem saneamento, nem planos de urbanização, nem bairro

de Previdência. Acima das ideologias estão os interesses da terra. Eu, que sou um indivíduo de esquerda não teria de vidas em votar num indivíduo do C. D. S. se ele se mostrasse capaz de resolver alguns dos problemas da freguesia. E tendo em vista o mesmo objectivo a situação contrária também seria possível.»

«Comentando a notícia publicada em jornal lisboeta (a 'Luta') na qual se afirmava que o que se passava em Canas era o caso de chantagem eleitoral:

«O facto de se ter optado pela abstenção não é propriamente a tentativa de obter o concelho, embora do número de abstenções se possam tirar ilações. Mas parece-me mais justo que se diga que a abstenção fundamentada num princípio de coerência é que se as pessoas da população de Canas, assim anteriormente um documento pretendendo desvincular-se do concelho de Nelas, não parecem legítimo que as pessoas votem para aquilo que não querem. É provável isto facto de não haver um único elemento da freguesia de Canas nas seis listas que concorrem à Câmara. Então note: isto não se fez sem se obter primeiro o acordo de todos os partidos.»

«Para o Povo Unido local a aliança C. D. S./P. P. D. em Cinfães tem em vista dar mais força à direita e, ao mesmo tempo, fazer obstrução ao P. S. Para o C. D. S., todavia, a hora é de acção, e daí afirmamos nestes exactos termos: «Mais

do que quezilias partidárias, excessos de pseudo-baratismo, campanhas divisionistas, necessitam os povos deste concelho de homens de acção, dinâmicos, abertos ao diálogo, ao contacto com as populações, alheios a tudo quanto possa fomentar a discórdia, a divisão. Todos ainda somos poucos para minorarmos as carências que nos afligem.»

A exploração das carências que afligem as populações — de que fala o C. D. S. na sua campanha em Cinfães — são neste momento, evidentemente, uma carta a jogar pela direita no distrito de Viseu. Distrito, lembre-se, onde aquele partido passou de 17,3 por cento de votos nas eleições de 1975 para 31,2 por cento já este ano e onde o P. C. P. manteve exactamente a mesma percentagem nas duas eleições (2,3 por cento). Distrito, então, onde Enates apanhou 81,19 por cento de votos nas presidenciais, Azevedo (13,09), Otelito (3,90) e Pato (1,82).

No meio disto tudo surge o caciquismo. Alguns pretendem que se trata de um mito, mas a gente bem conhecedora do distrito não hesita em identificar o cacique com o comerciante, com o intermediário passageiro que compra os produtos da terra ao camponês pobre e ao pequeno produtor a preços de miséria e que os vende com grandes lucros. Ora só eles

# AS PROMESSAS E AS DESILUSÕES

entia entre freguesias ou entre freguesia-concelho. Tais casos poderão em breve ser resolvidos a nível de Assembleia da República mas não deixam de ser de provocar insólitas situações como a que abordamos ao que se refere ao acto eleitoral do próximo domingo.

## UMA COLIGAÇÃO PARA UMA MAIORIA DA DIREITA

Mais para Norte, em Cinfães, no limite do distrito de Viseu, onde o rio Douro serve de fronteira da Beira Alta com Trás-os-Montes, fomos encontrar o C. D. S. e o P. P. D. Unidos sob a bandeira do mais votado nas últimas eleições, as caravanas automóveis de propaganda eleitoral, onde se viam bandeiras daqueles dois partidos eram visíveis antoentem pretendendo desvincular-se do concelho de Nelas, não parecem legítimo que as pessoas votem para aquilo que não querem. É provável isto facto de não haver um único elemento da freguesia de Canas nas seis listas que concorrem à Câmara. Então note: isto não se fez sem se obter primeiro o acordo de todos os partidos.»

«Para o Povo Unido local a aliança C. D. S./P. P. D. em Cinfães tem em vista dar mais força à direita e, ao mesmo tempo, fazer obstrução ao P. S. Para o C. D. S., todavia, a hora é de acção, e daí afirmamos nestes exactos termos: «Mais

que quezilias partidárias, excessos de pseudo-baratismo, campanhas divisionistas, necessitam os povos deste concelho de homens de acção, dinâmicos, abertos ao diálogo, ao contacto com as populações, alheios a tudo quanto possa fomentar a discórdia, a divisão. Todos ainda somos poucos para minorarmos as carências que nos afligem.»

A exploração das carências que afligem as populações — de que fala o C. D. S. na sua campanha em Cinfães — são neste momento, evidentemente, uma carta a jogar pela direita no distrito de Viseu. Distrito, lembre-se, onde aquele partido passou de 17,3 por cento de votos nas eleições de 1975 para 31,2 por cento já este ano e onde o P. C. P. manteve exactamente a mesma percentagem nas duas eleições (2,3 por cento). Distrito, então, onde Enates apanhou 81,19 por cento de votos nas presidenciais, Azevedo (13,09), Otelito (3,90) e Pato (1,82).

No meio disto tudo surge o caciquismo. Alguns pretendem que se trata de um mito, mas a gente bem conhecedora do distrito não hesita em identificar o cacique com o comerciante, com o intermediário passageiro que compra os produtos da terra ao camponês pobre e ao pequeno produtor a preços de miséria e que os vende com grandes lucros. Ora só eles

que lhes vão comprar os produtos a casa e que lhes abnam num ou outro caso o dinheiro para comprar a crédito. O monopólio dos transportes, dos produtos da terra continua nas mesmas mãos.»

Outro tipo de cacique já afirmam-me. Do um modo geral certa burguesia urbana das regiões rurais, com alguns dos seus doutores e funcionários a influenciar, devido ao poder real que detêm, o camponês pobre, isolado e muitas vezes analfabeto que deles depende nos seus contactos com a cidade.

## CASTRO DAIRE E A EX-LEGIO PORTUGUESA

Do caciquismo de certo eleiro muito se tem falado e continuará a falar. Em Castro Daire falaram-nos dele.

«Nas eleições passadas houve freguesias onde o C. D. S. nem fez sessões de propaganda e obteve a maioria dos votos. Está fora de dúvida que foram os padres que fizeram as sessões de propaganda na missão — disse nos militantes do Partido Socialista daquela localidade.

De outras coisas nos fala. Começa por lembrar que antes do 25 de Abril existiam, só no concelho de Castro Daire, cinco delegações da Legião Portuguesa o que explica que hoje, em listas de diversos partidos, apareçam nomes que tiveram ligações com aquela e com o ex-A. N. P. O próprio P. S., ao tentar formar agora uma lista na freguesia de Almofala, verificou que os nomes aparecidos eram na quase totalidade os de antigos legionários. Acabou por desistir e retirar a lista.

«É um concelho muito difícil acentua o nosso interlocutor. «A população, cerca de 24 mil habitantes, está muito disseminada, o que torna mesmo difícil reunir pessoas para uma sessão de esclarecimento. Assim, a propaganda faz-se, mais através de distribuição de papéis e de alfalantes de automóveis que se deslocam pelo concelho. Prevê-se o aumento das abstenções no domingo, as quais já nas eleições para a Assembleia da República foram de 27 por cento. A dificuldade de deslocação da população é tal que até há elementos de partidos como o P. P. D. que vão buscar as pessoas a casa de camioneta para as levar a votar... Muitas delas não votariam sequer se isto não acontecesse.»

«Em nosso entender, ao Governo a quem de chapéu não se pedem comparticipações para obras mas um órgão independente e forte que realize no Município a defesa dos interesses gerais dos cidadãos. Descentralizar é, para nós, possível em todos os domínios que não interfiram com a soberania e a independência nacionais.

«Em nosso entender, ao Governo a quem de chapéu não se pedem comparticipações para obras mas um órgão independente e forte que realize no Município a defesa dos interesses gerais dos cidadãos. Descentralizar é, para nós, possível em todos os domínios que não interfiram com a soberania e a independência nacionais.

«Tudo o mais poderá ser descentralizado, nomeadamente a Educação, Assistência, Cultura e Obras. O Governo socialista porém, no Orçamento Geral do Estado que apresentou para discussão à A. R. concede às autarquias locais 5 por cento das despesas gerais enquanto que, para dar uma ideia, na Inglaterra, as autarquias têm 70 a 80 por cento. O ideal, para nós, seria que ao poder local e ao poder central a repartição das despesas públicas se situasse ao nível de metade para cada um desses poderes. Mas o Governo socialista, como todos os governos socialistas, é centralizador e, como se vê pela prática, tem revelado em relação às autarquias locais as mesmas concepções utilizadas antigamente.»

O C. D. S., caso em Lisboa venha a ser a lista mais votada, lutará por uma descentralização e autonomia financeiras necessárias à realização pela Câmara dos seus fins essenciais nos domínios da habitação, dos abastecimentos, dos transportes, da cultura, do bem-estar e qualidade de vida dos municípios. A Câmara não é,

nem pode ser, uma agência do Governo a quem de chapéu não se pedem comparticipações para obras mas um órgão independente e forte que realize no Município a defesa dos interesses gerais dos cidadãos. Descentralizar é, para nós, possível em todos os domínios que não interfiram com a soberania e a independência nacionais.

«Tudo o mais poderá ser descentralizado, nomeadamente a Educação, Assistência, Cultura e Obras. O Governo socialista porém, no Orçamento Geral do Estado que apresentou para discussão à A. R. concede às autarquias locais 5 por cento das despesas gerais enquanto que, para dar uma ideia, na Inglaterra, as autarquias têm 70 a 80 por cento. O ideal, para nós, seria que ao poder local e ao poder central a repartição das despesas públicas se situasse ao nível de metade para cada um desses poderes. Mas o Governo socialista, como todos os governos socialistas, é centralizador e, como se vê pela prática, tem revelado em relação às autarquias locais as mesmas concepções utilizadas antigamente.»

«O C. D. S., caso em Lisboa venha a ser a lista mais votada, lutará por uma descentralização e autonomia financeiras necessárias à realização pela Câmara dos seus fins essenciais nos domínios da habitação, dos abastecimentos, dos transportes, da cultura, do bem-estar e qualidade de vida dos municípios. A Câmara não é,

que num regime democrático pluralista, como é o nosso, se se verificar no conjunto do País um substancial abaixamento da percentagem do P. S. em relação às eleições de Abril passado o Governo não poderá deixar de considerar essa derrota como uma rejeição da sua política por parte do Povo e terá de tirar daí as necessárias conclusões.

«E, por isso, importante que no próximo domingo os portugueses não se abstenham, não fiquem em casa faça sol ou chuva, e vo'em em partidos e nas pessoas que entendam serem capazes de os servir e não de se servir deles para continuarem a fazer experiências ideológicas e empobrecerem o País.

«Acreditamos que a democracia é possível — é mesmo o único caminho — este país à beira da Europa. Os espanhóis têm de ser os primeiros a dar o exemplo do diálogo democrático. Acreditamos que a cooperação democrática é possível e estamos dispostos a prestá-la.

«Acreditamos que o tempo dos golpes terminou — por isso denunciámos um P. C. P. que hipocritamente, mais uma vez, pretende enganar os cidadãos.

«Apresentamo-nos às eleições com confiança. A revolução totalitária do 11 de Março faliu em 25 de Novembro; A revolução democrática do 25 de Abril não falhará, enquanto os democratas portugueses a quiserem defender.

«Contamos com eles, com o seu apoio e com o seu voto, certos que a lucidez e o bom senso dos portugueses os farão reconhecer que só a social-democracia pode, com paz e progresso, ser uma saída viável e democrática para Portugal!»

Embora as eleições para as autarquias locais, directamente, não se destinem a apurar o não o Governo certo, porém,

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores proble-

«O papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favor

**Eleições para as Autarquias**

(Continuação da pág. anterior)  
mas sentidos pelas classes trabalhadoras. A atribuição de casas devolutas, a fiscalização dos preços dos géneros, o controlo dos transportes colectivos, as decisões sobre terrenos, obras, atribuição de verbas — tudo isso só será feito em benefício do povo se estiver nas mãos das comissões de moradores e de outras organizações populares.

O programa da lista dos G. D. U. P. S. apresenta toda uma série de medidas nos vários sectores da vida da população: reedificação de casas, exploração de terrenos, planos de urbanização, transportes, abastecimento, saúde, cultura e recreio. Vamos defender a entrega imediata de terrenos às operações S. A. A. L. para o fim dos bairros de lata. Vamos lutar por uma real prioridade aos transportes colectivos. Vamos apoiar os moradores nas suas reivindicações de salubridade, escolas, infantários, centros de convívio, parques desportivos.

Em relação a todos estes problemas, os partidos burgueses fazem muitas promessas, mas depois vêm com os aspectos técnicos, com os condicionamentos económicos, com as dificuldades financeiras. Nós, evidentemente, reconhecemos tudo isto. Mas o que dizemos é que a solução dos problemas do povo é uma questão política, põe-se em termos de prioridade. Onde aplicar o dinheiro: nos bairros pobres ou nas zonas ricas? Como regulamentar o trânsito: a favor do transporte colectivo ou do individual? Que utilização dar aos terrenos vagos: reservá-los para a especulação ou instalar neles parques, jogos ou escolas pré-primárias?

É por esta razão que vamos evidentemente propor soluções, mas escutando o povo mais explorado. E estas soluções impõem-se ao povo activo organizado e lutar por elas. E vamos também denunciar os conluios, as falsas justificações, as soluções tecnocráticas que só favorecem as classes ricas, deixando poeira nos olhos do povo. Em suma, vamos dar armas ao povo, para que ele possa mais eficazmente lutar pelos seus direitos, defender as suas conquistas, barrar o caminho à reacção e ao fascismo.

**FERNANDO ROSAS (M. R. P. P.)**

«O significado e a importância que o M. R. P. P. atribui às eleições para as autarquias locais e concretamente à eleição para a Câmara Municipal de Lisboa, reside no facto de entendermos que nas circunstâncias actuais essa é uma frente de luta em que as massas populares se podem e devem empenhar na luta pela defesa dos seus interesses contra a exploração e a opressão que o Estado do capital sobre elas exerce também através dos órgãos da administração local.

**NOVE OPÇÕES**

O Município de Lisboa cobrará este ano em impostos directos e indirectos, em rendas, taxas, emolumentos e contribuições de toda a ordem 2,5 milhões de contos que, como é evidente, sairão da boca e da bolsa do povo trabalhador.

Para quê, para onde vai esse dinheiro, se cerca de metade da população da cidade (43 %) continua a viver sem as mais elementares condições em bairros de lata ou casas abarracadas? Se os transportes públicos, bem como outros serviços públicos elementares tais como o fornecimento do gás, electricidade e da água são chorudos negócios explorados por empresas capitalistas, privadas ou do Estado, não satisfazendo as mais elementares necessidades do povo? Se o custo de vida só no último ano na cidade de Lisboa aumentou de 73 % e 26 % as rendas de casa subiram 22 %, impondo os açambarcadores, especuladores, grandes empreiteiros, quer num caso quer noutro, preços proibitivos com a cumplicidade e sob a protecção da Câmara?

Se não estão satisfeitas as mais elementares necessidades do povo no que respeita ao acesso à cultura, ao ensino, à prática do desporto, à fruição de zonas verdes, etc.? Se não há nem uma única instalação camarária que seja de saúde, de assistência ou de protecção à terceira idade? Se a esmagadora maioria dos próprios funcionários municipais são pagos com salários de fome por trabalhos duros e insalubres, insuficientemente protegidos e se lhes são negadas as 40 horas semanais e o próprio direito à organização sindical?

Na realidade, a Câmara surge como o financiador, o urbanista, a distribuidora das chorudas empreitadas, o polícia, o tribunal e o fisco dos grandes industriais e grandes comerciantes, dos grandes interesses da construção civil e indústria e comércio automóvel, dos açambarcadores e especuladores contra o povo da cidade. O essencial das suas despesas é aplicado na defesa dos interesses dos monopólios e de uma enorme corte de parasitas que os circunda e na repressão contra o povo trabalhador, contra os pequenos comerciantes e vendedores ambulantes que têm como tarefa asfixiar. Bastará referir que do referido orçamento de 2,5 milhões de contos para 1976, a Câmara prevê gastar em obras e melhoramentos públicos unicamente 17 % dessa quantia e mesmo desta verba, o grosso será destinado a obras de conservação — ou seja, a novos e mais chorudos lucros aos empreiteiros e gestudos e projectos — e só para cobrir os 2,5 milhões de contos o Serviço de Finanças da Câmara gastará 75 mil contos!

É contra esta situação de exploração, parasitagem e repressão herdada, mantida e desenvolvida do fascismo pelas

gerências municipais dos novos Marchuetas e Santos e Castro, do P. C. P. / U. D. P. (vida F. E. «P. U.» / G. D. «U. P.»), do P. S., do P. P. D. e do C. D. S., que nós chamaremos o povo a lutar. A nossa candidatura à Câmara Municipal de Lisboa traduz o compromisso que assumimos enquanto legítimos representantes da vontade do povo, de fazer do Município de Lisboa uma base de apoio, uma trincheira, uma fonte firme e segura da ajuda, à organização e à unidade das massas populares e dos órgãos da sua vontade na luta pela defesa dos seus interesses.

**MARGARIDA QUINTINO (P. C. P. (m-I))**

«Sou uma militante comunista. A minha luta pelo ideal do comunismo é de há longa data. No passado lutei contra os fascistas pela democracia, pela independência nacional e pela defesa dos explorados. Hoje, a democracia conquistada a 25 de Abril, encontra-se ameaçada. Novos fascistas, ainda mais perigosos que os do passado pois acotam-se sob um manto de palavras queridas aos trabalhadores como o são o socialismo e o comunismo, procuram implantar no nosso país uma feróz ditadura terrorista.

Nos meses que se seguiram ao 25 de Novembro os socialistas-fascistas estiveram na defensiva. Hoje, passaram já à ofensiva. Recomeçaram os boicotes a comícios de partidos democráticos. Explodem bombas em sítios estratégicos — vias de comunicação, abastecimento de águas à cidade — para criar um clima de medo e de desmobilização. A sabotagem económica prossegue. A anarquia impera no Alentejo. A face terrorista dos socialistas-fascistas está de novo à vista. Mas, entretanto, procuram tapar o lobo com uma esburacada pele de cordeiro — a frente eleitoral social-fascismo unido. O social-fascismo unido é o estratagemma dos socialistas-fascistas para tentar recuperar algum apoio eleitoral, que faz sempre joito para a sua escalada terrorista.

A luta contra os socialistas-fascistas a nível das autarquias locais é muito importante. As autarquias locais foram quase todas tomadas de assalto pelos socialistas-fascistas após o 25 de Abril e têm sido desde então por eles controladas. Através das autarquias locais os socialistas-fascistas podem exercer controlo de norte a sul do País, mesmo que lhes falte apoio eleitoral para dominarem por completo as autarquias. Estas eleições seriam mais uma ocasião para expulsar de vez os socialistas-fascistas das autarquias locais. Mas, graças ao método de representação proporcional, defendido por Mário Soares e pelos concilia-

dores do seu partido, os socialistas-fascistas passam assim a ter assento na maioria dos órgãos de poder local, tanto a nível deliberativo como executivo. Os socialistas-fascistas receberam assim dos conciliadores a possibilidade de boicotar o funcionamento de muitos órgãos das autarquias locais de maioria democrática, uma vez que vão ter assento nos seus órgãos executivos. Nós consideramos que os órgãos de poder local deviam ser governados pelas listas homogéneas que venciam nas eleições com base num programa que se comprometem a cumprir.

Nós, os patriotas e democratas das listas «Pela Independência, pela Democracia e pelo Progresso Social», em que o P. C. P. (m-I) participa conjuntamente com militantes da Frente Nacional Democrática (A. O. C.) e do jornal O Proletário Vermelho, comprometemo-nos a combater sem tréguas nem quartel nas autarquias locais contra os socialistas-fascistas.

Já se falou de mais neste País. Há muito que se deveria ter passado aos actos segundo o exemplo da honrosa tradição dos militares do 25 de Novembro, nomeadamente do coronel Jaime Neves.

O P. C. P. (m-I) exorta o povo português a votar nestas eleições para as autarquias locais. Para defender a democracia é preciso votar nas listas apresentadas pelo P. C. P. (m-I). Nos locais onde o P. C. P. (m-I) não apresenta listas, vota nas listas dos partidos democráticos que não conciliem com o social-fascismo.»

**GONÇALO RIBEIRO TELES (P. P. M.)**

«O P. P. M. apresenta um programa de administração municipal deduzido da sua doutrina partidária que, como se sabe, é uma doutrina comunitarista, uma doutrina que por fim entregou todo o poder às populações regionais ou comunitárias. Neste sentido, e em relação a Lisboa, preconiza a reconstituição do «terço da cidade», federação com os Municípios vizinhos a norte e a sul do Tejo, os quais, assim federados, têm possibilidade de uma autonomia total a que corresponderá um governo próprio.

Para além deste projecto, o P. P. M. dedica um estudo vanguardista à urbanização: — Recuperação para habitação dos prédios antigos da cidade velha, hoje ocupados por escritórios, marcação de uma órbita para a construção de habitações, cujos prédios não poderão ir além do 4.º andar, formação do lago na atual que existe em toda a zona do Campo Grande, ligação em zona verde do Marquês de Pombal e Monsanto.

Considera o P. P. M. muito importante o ambiente e as condições para a vida quotidiana da cidade. Para isso preconiza uma alteração profunda dos horários dos empregos que deverão ser flexíveis e complementares, com preferência para o período entre as 11 horas e as 18 horas; preconiza a defesa e desenvolvimento de teatros populares, sobretudo os do género revêstilo; a criação de novos museus; a expansão de exposições de todo o género.

A terceira idade — entende o P. P. M. — deve ser entregue o lugar que, graças a ser a idade da sabedoria, lhe pertence. O P. P. M. preconiza a criação de um conselho municipal composto por pessoas com mais de 60 anos, do qual se virá a formar o futuro Senado da cidade.»

**ANTÓNIO MANZONI (L. C. I.)**

«Após a tomada de posse do governo P. S., os acontecimentos políticos em Portugal têm vindo a suceder-se. Mário Soares e a direcção do P. S. no seu conjunto pediram aos trabalhadores que deixassem as reivindicações dos partidos capitalistas, o P. S. D. e o C. D. S.

Em troca da cedência às exigências da C. I. P. e da C. A. P. prometiam aos trabalhadores a paz, a segurança, o trabalho, o congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, a tranquilidade nas empresas. É tempo de fazer as contas do Governo P. S. Que vemos nós?

A C. I. P. e a C. A. P., em vez de se contentarem com as cedências, exigem mais.

Os partidos burgueses, o P. S. D. e o C. D. S., em vez de se contentarem com as cedências procuram a todo o custo substituir o Governo P. S. O. P. S. D. apela ao Presidente Eanes para que assumam plenos poderes. O C. D. S. exige a dissolução da Assembleia da República, depois da derrota dos seus projectos de congelamento das expropriações.

O Presidente Eanes, por seu turno, começa a erguer-se acima do bairrito. Inicia uma série de visitas a diversas regiões, começando a pronunciar-se sobre diversas questões como a Reforma Agrária, por exemplo passando por cima dos partidos políticos. Num momento em que o P. S. D. e o C. D. S. apelam para a sua intervenção directa na vida política para substituir o governo P. S. por um governo de «salvação nacional», num momento em que a chantagem do P. S. desorientou os trabalhadores, sobretudo os que nele confiavam e votaram num momento em

que os congressos do P. S. e da J. S. mostraram, não uma clarificação, mas a crise do partido de governo, num momento em que a direita ataca Lopes Cardoso a bomba, só podemos considerar a intervenção do presidente como um perigo.

Governo P. S. seja substituído. Nós não queremos que o do por um governo militar de «salvação nacional». Queremos que esse governo, incapaz e sem forças, seja substituído por um governo que se comprometa a aplicar as nossas reivindicações.

Quanto a isso os militantes operários activos têm de tomar uma decisão, têm de unirse em torno de um mesmo objectivo: uma paralisação geral nacional, pelos CCTS, contra as leis anti-operárias.

A política de austeridade do Governo não vai resolver a crise económica nem acalmar as forças burguesas. Por isso a unidade em torno da luta pelos CCTS e contra as medidas do Governo tem que continuar a todos os níveis. O Governo publicou um orçamento para 1977 e vai impulsionar um plano económico. São muito concretos alguns problemas levantados. Este ano o Governo Soares, com os Títulos do Tesouro conseguiu impor uma poupança forçada de 5 milhões de contos. Para o ano que obrigou-nos a poupar 15 milhões de contos, sendo essa a solução que dá à crise. Mas aí onde vai buscar esses 15 milhões de contos senão ao nosso bolso. É então para que se destinam 18 milhões de contos para as Forças Armadas? Por estas e por outras razões é preciso que os trabalhadores imponham a defendam um plano «Obras Públicas controlado pelos trabalhadores».

Os deputados dos partidos que dizem defender os trabalhadores os deputados do P. S., do P. C. e da U. D. P. devem mostrar a sua disposição de pôr as suas declarações de acordo com a realidade. O seu dever é apoiar as reivindicações operárias, coarctar esta mobilização por um Governo que se comprometa a defender as reivindicações operárias.

O P. S. e o P. C. P. podem constituir o Governo. Neste momento, tal Governo permitiria, pelo menos, acelerar a utilização da frente operária contra a ofensiva burguesa. Os deputados têm essa responsabilidade e o governo P. S. / P. C. terá as mesmas responsabilidades perante as reivindicações operárias. Como o P. S. e o P. C. têm essas responsabilidades e não as têm cumprido nas actuais lutas. Um ano após o 25 de Novembro, mostraramos à burguesia que não será capaz de transformar essa sua vitória militar numa vitória social e política.»

**DISTRITO DE BRAGA**

ELEITORES INSCRITOS: 382 809, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 13.

FREGUESIAS: 408 freguesias com mais de trezentos eleitores e 82 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. S., 32,1 • P. P. D., 28,7 • C. D. S., 25,3 • P. C. P., 4,1 • U. D. P., 1 • F. S. P., 0,9 • P. P. M., 0,8 • M. R. P. P., 0,5 • M. E. S., 0,3 • P. C. P. (m-I), 0,3 • A. O. C., 0,2 • Votantes, 87,8 • Abstenções, 12,2 • Votos brancos, 0,7 • Votos nulos, 4,6.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito a L. C. I., o P. D. C. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 94 listas de cidadãos independentes, candidatas a Assembleias de Freguesia, não havendo nenhum local sem qualquer lista de candidatos.

**DISTRITO DE VIANA DO CASTELO**

ELEITORES INSCRITOS: 163 727, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 10.

FREGUESIAS: 193 com mais de trezentos eleitores e 93 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. P. D., 32,7 • P. S., 25,6 • C. D. S., 23,5 • P. C. P., 6,6 • F. S. P., 1 • U. D. P., 0,9 • P. P. M., 0,8 • M. E. S., 0,6 • M. R. P. P., 0,3 • Votantes, 78,9 • Abstenções, 21,1 • Votos brancos, 1,3 • Votos nulos, 4,8.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito a L. C. I., o P. C. P. (m-I), o P. D. C. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 28 listas de cidadãos independentes, candidatas a Assembleias de Freguesias, não havendo nenhum local sem qualquer lista de concorrentes.